

O MENINO DO TURBANTE: UM RELATO SOBRE A DIVERSIDADE ÉTNICA DOS AFRODESCENDENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Bruna Isabelle Gouveia SANTOS¹
Lara Sousa da Silva OLIVEIRA²
Carlos Eduardo Gomes NASCIMENTO³

Resumo: Trata-se de um relato de experiência sobre a importância do reconhecimento das matrizes sociais, culturais e étnicas dos afrodescendentes e suas representações no processo de formação do pedagogo. Objetiva-se apresentar e discutir a experiência didática durante o componente curricular Prática em Educação Infantil no curso de Pedagogia, na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Desenvolveu-se o projeto didático “*O menino do turbante: uma estória sobre a diversidade étnica dos afrodescendentes na Educação Infantil*”, a fim de tornar significativa a aprendizagem da compreensão cultural e histórica afro-brasileira para os alunos do Grupo 5 da Educação Infantil, em uma escola municipal da cidade do Salvador na Bahia. Para a consecução do projeto considerou-se a constituição histórica dos núcleos familiares nas diversas comunidades soteropolitanas que a escola atende, com a perspectiva de que as crianças possam se sentir pertencentes à história da cultura afrodescendente de seus antepassados e sujeitos de uma nova história; assim como as relações entre as culturas e a igualdade entre os gêneros, através da estória sobre o menino que queria usar turbante. Os resultados apontaram que desafios enfrentados no cotidiano da escola, como poucos materiais didáticos sobre a temática étnica dos afrodescendentes como livros, músicas e vídeos, por exemplo, impactam no desenvolvimento do trabalho didático pedagógico da professora regente, na aprendizagem das crianças, assim como na formação do pedagogo na pesquisa e construção de recursos para a prática da Lei nº10.639/2003, que determina a inclusão no currículo da “História e Cultura Afro-Brasileira”.

Palavras-chave: Educação Infantil; Lei nº10.639/2003; Afrodescendentes; Formação pedagógica.

Abstract: This is an experience report about the importance of recognizing the social, cultural and ethnic matrices of Afrodescendants and their representations in the process of educator formation. The objective is to present and discuss didactic experience during the curricular component Practicum in Early Childhood Education in the Pedagogy course at the Federal University of Bahia (UFBA). The didactic project “The Turban Boy: A Story on the Ethnic Diversity of Afrodescendants in Early Childhood Education” was developed in order to make meaningful the learning of Afro-Brazilian cultural and historical understanding for the students of Group 5 of Early Childhood Education, in a municipal school in the city of Salvador in Bahia. In order to achieve the project, it was considered the historical constitution of the family nuclei in the diverse communities soteropolitanas that the school attends, with the perspective that the children can feel pertaining to the history of Afrodescendant culture of their ancestors and subjects of a new history; as well as the relationships between cultures and gender equality, through the story about the boy who wanted to wear a turban. The results pointed out that challenges faced in the daily life of the school, such as: few didactic material on the ethnic theme of afrodescendents

¹Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: brunaisabelle45@gmail.com

²Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: l.s.s.oliveira@hotmail.com

³Mestre em Educação, licenciado em Filosofia e graduando em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: carlos_gomes02@hotmail.com

such as books, music and videos, for example, impact the development of pedagogical didactic work of the teacher regent, in children's learning, as well as in the training of the pedagogue in the research and construction of resources for the practice of Law 10,639 / 2003, which determines the inclusion in the curriculum of the "Afro-Brazilian History and Culture".

Keywords: Child Education; Law nº 10.639 / 2003; Afrodescendants; Pedagogical training.

Introdução

Na Educação Infantil, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009), as crianças são sujeitos de direitos, que possuem uma história. Nesse sentido, o trabalho pedagógico realizado com as crianças deve ter maior atenção às experiências que elas possuem sobre o mundo, a fim de potencializar suas interações e descobertas. A escola é o espaço que aguça essas experiências e apresenta o mundo com sua história e conhecimento. Com efeito, através da pedagogia por projetos, tanto o educar e o cuidar, pilares da Educação infantil, não são formas de simplesmente transmitir conteúdos e informações, mas incentivar o interesse das crianças por experiências que tragam novas formas de tecer o mundo, seja na compreensão dos valores políticos e sociais, seja na aprendizagem de conhecimentos.

O presente trabalho tem como objetivo ampliar as práticas na Educação Infantil que favoreçam novos conhecimentos e experiências das crianças, a partir do campo de experiência "Fala, escuta, pensamento e imaginação", presente na Base Nacional Curricular Nacional (BRASIL, 2017). Dessa maneira, à medida que as crianças na escola exploram o novo, elas ampliam seu conhecimento sobre o mundo, sobre elas mesmas e sobre os outros. Essas são experiências singulares surgidas na Educação Infantil.

Na Educação Infantil, as crianças na creche e na pré-escola, devem ser educadas e cuidadas por profissionais da educação, principalmente, por pedagogos que possuem formação e competência para tal responsabilidade social e política sobre o ato de educar. A escola é o espaço onde as crianças começam a conhecer o mundo em sua plena diversidade. Nela surgem os primeiros contatos com um mundo diferente do ambiente familiar. Nesse sentido, a Educação Infantil pode proporcionar às crianças o desejo de investigar, questionar, para melhor compreender o mundo.

Com isso, surgiu o seguinte questionamento: como explorar a diversidade da cultura afro-brasileira na Educação Infantil, através do campo de experiência Fala, Escuta, Pensamento e Imaginação, como forma de potencializar a interação da criança com o mundo?

A fim de que as crianças da Educação Infantil explorassem o tema da diversidade afro-brasileira, a prática teve como objetivo geral promover a reflexão para o pensamento e a linguagem das crianças sobre a cultura afro-brasileira, trabalhada por meio da estória *O menino do turbante*, criada pelos estudantes do curso de Pedagogia da UFBA, responsáveis por essa prática. *O menino do turbante* conta uma estória sobre o menino negro que vai para escola com um turbante, um presente dado pela sua avó.

A Educação Infantil deve ser um dos primeiros espaços responsáveis por apresentar às crianças a história e a cultura afro-brasileira, conforme estabelece a Lei nº 10.639/2003. A afirmação da convivência com a matriz cultural afro-brasileira tem como objetivos específicos: proporcionar um ambiente escolar favorável à compreensão da importância na formação brasileira das relações com as diversidades étnica cultural e religiosa afro-brasileira; estimular o pensamento, a escuta, a fala e a imaginação das crianças através da narrativa de estórias, a fim de valorizar a linguagem singular de cada uma.

Diante dos conteúdos apresentados, os pedagogos em formação precisam estar atentos à Lei nº10.639/2003, pois torna-se indispensável a atuação de práticas pedagógicas na Educação Infantil que promovam a convivência e a importância sobre a compreensão das diversidades cultural, religiosa e étnica afro-brasileira. Assim, durante o processo formativo, aos pedagogos é importante compreender o presente, relacionando-o com o passado, para a apresentar às crianças. Para que os futuros pedagogos e seus jovens alunos pertencentes à herança cultural afro-brasileira possam se reconhecer e se tornar responsáveis por narrar novas histórias para as próximas gerações.

Fundamentação teórica: formação do pedagogo, a prática na educação infantil e a lei nº10.639/2003

A prática desse projeto na Educação Infantil buscou fundamentação teórica na pedagogia de projetos. Na pedagogia de projetos, para Henández (2003), a criança tem participação ativa nas experiências no desenvolvimento da aprendizagem escolar, através de uma relação próxima entre a vida exterior e uma nova vida na escola. Assim, a pedagogia de projetos na Educação Infantil pretende que o aluno estabeleça um maior vínculo com a aprendizagem do conhecimento na escola e as experiências de mundo. A pedagogia de projetos apresenta-se como uma perspectiva que promove mudanças nas relações nas escolas de Ensino Infantil. O objetivo da pedagogia de projetos é que o ato de aprender deve ser iniciado pela curiosidade das crianças sobre o mundo. Esse é um processo de aprendizagem que se contrapõe à fragmentação de disciplinas escolares como a pedagogia tradicional tem a intenção de impor o conhecimento às crianças. Segundo afirma a educadora, Maria Carmem Barbosa (2008, p. 53):

A pedagogia de projetos é uma possibilidade interessante em termos de organização pedagógica porque, entre outros fatores, contempla uma visão multifacetada dos conhecimentos e das informações. Todo projeto é um processo criativo para alunos e professores, possibilitando o estabelecimento de ricas relações entre ensino e aprendizagem, que certamente não passa por superposição de atividades.

Diante desse potencial, a prática pedagógica desenvolvida, também, contempla os saberes e ações das crianças, a fim de ampliar a linguagem e a capacidade singular de se comunicar com o mundo e com os outros. Conforme Loris Malaguzzi (1999, p. 10),

A criança é feita de cem. A criança tem cem mãos, cem pensamentos, cem modos de pensar, de jogar e de falar. Cem, sempre cem modos de escutar as maravilhas de amar. Cem alegrias para cantar e compreender. Cem mundos para descobrir. Cem mundos para inventar. Cem mundos para sonhar. A criança tem cem linguagens (e depois, cem, cem, cem), mas roubaram-lhe noventa e nove. A escola e a cultura separam-lhe a cabeça do corpo.

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, etem como objetivo estimular e ampliar a capacidade cognitiva e de interação das crianças até 5 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. A Educação Infantil deve também estar próxima da família e da comunidade onde a criança vive. Desse modo, a Educação Infantil proporciona a vinculação de dois princípios indissociáveis para as crianças: o cuidar e o educar.

As famílias e a sociedade, além da escola, são responsáveis por garantir o direito à educação das crianças, efetivando o pleno desenvolvimento cognitivo e afetivo e o estabelecimento de sua autonomia. Entre os marcos legais, além da Constituição Federal

de 1988 e a LDB de 1996, é importante a ressaltar a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), de 2009, que rompeu com os resquícios deixados pelo período em que a Educação Infantil era de responsabilidade da assistência social, afirmando que a criança é:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009, p.12).

Com efeito, o trabalho desenvolveu uma prática que proporcionou às crianças o direito de conhecer a cultura afro-brasileira, em sua multiplicidade étnica. O reconhecimento de que o direito ao acesso à nossa história parte de uma luta política, por meio de políticas públicas educacionais, entre elas na Educação Infantil. Assim, a relevância do projeto que implicou essa prática para a Educação Infantil garantiu o respeito à criança como sujeito histórico e de direitos de conhecer a cultura afro-brasileira. No artigo *Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos*, expõe a educadora Vera Lúcia Candau, acerca da diversidade como elemento essencial no direito à educação:

[...] nessa dialética entre igualdade e diferença, superar as desigualdades e, ao mesmo tempo, valorizar a diversidade, promover redistribuição e reconhecimento, que se situa hoje a problemática dos direitos humanos. Consideramos que este desafio atravessa, conseqüentemente, as questões relacionadas ao direito à educação e à educação em direitos humanos hoje, assim como suas interrelações (CANDAU, 2012, p. 719).

As crianças estão construindo sua identidade no contato com a multiplicidade de saberes e experiências, daí a responsabilidade e a importância de uma formação docente para o pedagogo na Educação Infantil que valorize a pluralidade cultural como dimensão dos direitos humanos. Assim, a educação em uma perspectiva transversal de conteúdos e conhecimentos favorece uma maior compreensão sobre a diversidade cultural, étnica e histórica do povo brasileiro. Com isso, as práticas na Educação Infantil podem criar potencialidades para que as crianças possam se sentir pertencentes e se reconhecer historicamente na cultura de matriz africana.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento normativo, “define um conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento” (BRASIL, 2017, p. 5). Para Educação Infantil, a BNCC estabeleceu campos de experiências, que buscam articular saberes e conhecimentos das crianças com a aprendizagem na escola. O campo de experiência “Fala, escuta, pensamento e imaginação”, segundo a BNCC (BRASIL, 2017, p.38):

Desde o nascimento, as crianças são atraídas e se apropriam da língua materna em situações comunicativas cotidianas com pessoas de diferentes idades com quem interagem em diversificadas situações. A gestualidade, o movimento exigido nas brincadeiras ou jogos corporais, a aquisição da linguagem verbal (oral e escrita), ou em libras, potencializam tanto a comunicação quanto a organização do pensamento das crianças e sua participação na cultura. Na pequena infância a aquisição e o domínio da linguagem verbal estão vinculadas à constituição do pensamento, à fruição literária, e também é instrumento de apropriação dos demais conhecimentos.

A prática pedagógica traz a perspectiva de que as experiências singulares das crianças, através da concepção de fala e escuta, promovam o diálogo entre crianças, educadores e comunidade, a fim de que expressem suas necessidades, sentimentos e opiniões; por meio da concepção de pensamento e da concepção de imaginação buscou-se estimular o interesse e a atenção sobre a estória *O menino do turbante*, para que as crianças reflitam sobre a cultura e história afro-brasileira.

O projeto justifica-se por surgir da necessidade de trazer as crianças para reflexão sobre a cultura de matriz africana no Brasil. A escola em que foi realizada a prática deste projeto localiza-se em um bairro periférico, Engenho Velho da Federação, na cidade do Salvador, Bahia, onde maior parte das crianças de origem negra. A prática pautou-se no trabalho sobre cultura e história afro-brasileira, apresentadas às crianças por meio da estória *O menino do turbante* sobre a cultura de povos africanos presente na sociedade brasileira e baiana. A fim de valorizar as origens étnicas do povo negro no Brasil, em oposição aos discursos radicalizados encontrados na mídia, televisão, internet, entre outros meios de comunicação, que exibem a valorização de padrão estético do povo branco europeu e burguês. As práticas na Educação Infantil têm o compromisso e a responsabilidade em desconstruir a discriminação e o preconceito contra a matriz cultural e histórica do povo negro brasileiro. À medida que as crianças na Educação infantil constroem identidades, torna-se necessário que a escola apresente à criança a cultura e o acesso ao passado histórico, para que se reconheçam como novos protagonistas de uma história de vida.

O projeto apresentado, conforme já dito, vincula a legislação educacional brasileira com a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, com a política educacional, presente nas “Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais” (2006), organizadas pelo Ministério da Educação (MEC), através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade estabelece que,

É importante destacar que a garantia legal dos direitos não promove sua concretização. São as atitudes efetivas e intencionais que irão demonstrar o compromisso com tais direitos. Reconhecer as diferenças é um passo fundamental para a promoção da igualdade, sem a qual a diferença poderá vir a se transformar em desigualdade (BRASIL, 2006, p. 32).

Aos educadores cabe refletir que a educação ultrapassa os muros da escola e das Universidades, para ganhar o mundo. Nesse contexto, é imprescindível pensar a formação docente em um mundo onde ainda se perpetua o racismo e suas implicações sociais. A educação legitimou alguns saberes em detrimento de outros. Segundo questiona Vanda Machado (2002, p. 109): “Em Salvador somos mais de 80% negros. Entretanto a escola como instituição que representa os valores civilizatórios tende a firmar apenas valores da sociedade que se porta como branca e europocêntrica. É hora de reparar”.

Identidades negras afro-brasileiras e a educação

Para o pensador negro Frantz Fanon (2008), há um tempo negro pertencente aos povos negros da diáspora: trata-se de um outro tempo que se forjou a partir de experiências trágicas da negrura, do racismo, do desespero. A opressão sentida na carne durante séculos não impediu a resistência afrodescendente. As identidades negras forjaram-se em meio à dor e à violência da escravização vivenciada pelas gerações passadas e à marginalização sócio-política dos dias atuais.

Conforme Stuart Hall (2013), não há a categoria essencialista do ser negro: a experiência negra perpassa a diversidade e não a homogeneidade. É pelo modo como os

negros em diáspora pelo mundo podem se representar e se imaginar a si mesmos, assim se formam as identidades negras, que buscam abrigo no passado, na ancestralidade, no contato e na presença dos mortos, que sofreram a violência do processo colonial na África. A educação pode promover a reflexão do presente sobre a formação dessas identidades negras e sobre as escolhas que foram realizadas.

Historicamente, o Estado brasileiro negligenciou a educação para mulheres e homens de origem negra. Após séculos de escravidão no Brasil, um dos últimos países do Ocidente a abolir o regime escravocrata, consolidou-se o processo de marginalização da maior parte da população negra, alijada dos direitos fundamentais, entre os quais a educação. Apesar do contexto adverso, sempre houve resistência.

Na passagem do século XIX ao século XX, parte da população negra da região de Vassouras, no Rio de Janeiro reivindicou acesso à educação para os filhos dos libertos, em uma carta, endereçada para Rui Barbosa, então figura importante da política nacional,

Ao grande cidadão Ruy Barbosa. Comissionados pelos nossos companheiros, libertos de várias fazendas próximas a estação do Paty, município de Vassouras para obtermos do governo Imperial educação e instrução para os nossos filhos, dirigimo-nos à Va. Excia. Pedindo o auxílio da invejável ilustração e do grande talento de Va. Excia., verdadeiro defensor do povo e que d'entre os jornalistas foi o único que assumiu posição definida e digna, em face dos acontecimentos, que vieram enlutar nossos corações de patriotas. A Lei de 28 de setembro de 1871 foi burlada e nunca posta em execução quanto a parte que tratava da educação dos ingênuos. Nossos filhos jazem imersos em profundas trevas. É preciso esclarece-los e guiá-los por meio da instrução. O governo continua a cobrar o imposto de 5% adicionais, justo é que esse imposto decretado para o fundo d'emancipação dos escravos reverta para a educação dos filhos dos libertos. Para fugir do grande perigo em que corremos por falta de instrução, vimos pedi-la para nossos filhos e para que eles não ergam mão assassina, para abater aqueles que querem a República, que é a liberdade, igualdade e fraternidade. Estação do Paty, 19 de abril de 1889 A Comissão de Libertos Quintiliano Avellar (preto) Ambrósio Teixeira João Gomes Batista Francisco de Salles Avellar José dos Santos Pereira Ricardo Leopoldino de Almeida Sergio Barboza dos Santos (ALBUQUERQUE, 2009, p. 162).

Herdeiras desta história de luta e resistência, as pessoas negras ainda hoje buscam ter voz e ação, reivindicando direitos básicos como a educação que promove o pertencimento, a compreensão da existência da história afro-brasileira, o reconhecimento da luta das gerações negras anteriores. Nessa perspectiva, pode-se discutir a relevância da educação apresentar às novas gerações na formação do pedagogo que a memória, o passado e a história afro-brasileira façam parte da formação de cada sujeito, negro ou não. O que acontece diante da realidade vislumbrada é que a exclusão que historicamente foi acometida sobre a população negra nas escolas continua, de uma forma igualmente cruel, quando o Estado, para cumprir metas, transforma os estudantes em um número no índice para responder metas de instituições internacionais. Ocorre que o estudante negro se encontra em exclusão na própria escola, não sendo assistido por questões básicas como fardamento, alimentação e sala de aula com infraestrutura adequada para que as potencialidades da educação de fato aconteçam.

Dessa maneira, nos últimos anos, há um deslocamento da problemática das desigualdades raciais do acesso à educação para o diagnóstico do interior do sistema educacional, pois as diferentes experiências vivenciadas por crianças e jovens brancos e negros na escola têm efeito direto em sua permanência, progressão e desempenho (VALVERDE; STOCCO, 2011, p. 918).

Se a formação do pedagogo silencia quanto à existência de discriminações raciais, de gênero, de sexualidade na instituição escolar, acaba por invisibilizar diversas identidades. A escola é também lugar de acolhimento e de enfrentamento do preconceito e da discriminação. Documentos, ações e práticas educacionais não devem contribuir para “a perpetuação das desigualdades intra e extraescolares, incidindo, ainda que silenciosa e sub-repticiamente, na produção de destinos educacionais e ocupacionais desiguais” (JESUS, 2018, p. 15).

Metodologia

O projeto didático “*O menino do turbante: uma estória sobre a diversidade étnica dos afrodescendentes na Educação Infantil*” desenvolvido no componente curricular Prática em Educação Infantil no curso de Licenciatura de Pedagogia da UFBA foi pensado a partir da leitura do livro *Ilê Ifê. O Sonho do Iaô Afonjá* de Vanda Machado e Carlos Petrovich sobre a aprendizagem da cultura afro-brasileira e a educação. A proposta didática de vertente formativa do pedagogo aborda o tema da formação étnica e racial afro-brasileira na cidade do Salvador, Bahia, para estudantes do grupo 5 de Ensino Infantil, da rede pública municipal.

O projeto desenvolve-se da seguinte maneira:

Inicialmente, observaram-se as crianças e realizaram-se conversas sobre temas da cultura e da história dos afrodescendentes na Bahia, para sondar as percepções que as crianças possuem sobre elas mesmas, as famílias e as comunidades a que pertencem.

Em seguida, questionou-se se as crianças conheciam a indumentária turbante, perguntando se alguma delas já havia utilizado turbante. Explicou-se, então, que o turbante é uma peça do vestiário, tanto masculino quanto feminino, utilizado por diversas culturas no mundo. No Brasil e na Bahia é muito utilizado por pessoas que cultivam as raízes africanas, como, por exemplo, na gastronomia, com as baianas de acarajé, na música popular, com o cantor Carlinhos Brown; e na religião do candomblé entre outras de matriz africana. Expondo, também, que o turbante é um elemento estético, que evidencia a beleza do povo negro e afro-brasileiro.

Após o debate sobre o uso do turbante, os pedagogos em formação contaram a estória *O menino do turbante* para as crianças, com o objetivo de estimular o pensamento e a imaginação através de uma estória sobre a cultura afro-brasileira.

A estória *O menino do turbante* foi pensada para que as crianças junto com os pedagogos em formação pudessem, de forma dinâmica e ativa, alterar o enredo, recontando do seu jeito. Para assim possibilitar uma maior interação e desenvolvimento das experiências com a cultura brasileira de matriz africana.

O MENINO DO TURBANTE

Era vez, um menino chamado Gil. Ele tinha cinco anos e muitos colegas na escola onde estudava, entre eles, sua melhor amiga Lívia. Gil e Lívia eram muito parecidos, os dois gostavam de ouvir histórias, brincar com bonecos e bonecas, de pega-pega e esconde-esconde.

Por onde os dois passavam todos diziam como achavam aquela amizade linda. Um dia a avó de Gil, dona Maria Firmina, foi buscá-lo na escola e Lívia, que não a conhecia, arregalou os olhos quando a viu, ela usava roupas coloridas e um lenço bonito na cabeça.

No dia seguinte, Lívia perguntou a Gil o que era aquilo na cabeça de sua avó, e ele, confuso coçou a cabeça. Como pode?! Nem ele sabia! Nunca havia perguntado! Ao

voltar para casa, Gil perguntou à sua avó, dona Maria Firmina, o que era aquele lenço que ela usava na cabeça.

Ela então respondeu que há muito tempo, a avó dela era rainha em uma terra distante na África, e que foi obrigada a atravessar o oceano e vir para o Brasil. Dona Maria Firmina explicou para Gil que ela usava aquele lenço na cabeça, para lembrar da avó dela, que ela gostava muito. O lenço chamava-se turbante.

Encantado Gil pediu a sua voinha um turbante para ele também, para lembrar sempre dela. No dia seguinte, Gil foi para a escola com um turbante colorido e contou à sua melhor amiga, Lívia, a história que havia escutado de sua avó, a professora ouviu e pediu que Gil contasse também para outros colegas.

Alguns coleguinhas de Gil, falaram que o turbante era coisa para meninas como as baianas de acarajé. A professora explicou que os homens também usavam e lembrou que o famoso cantor Carlinhos Brown usa belos turbantes quando vai à televisão, os meninos envergonhados pediram desculpas e pediram emprestado o turbante de Gil.

No dia seguinte, a professora levou lindos tecidos e fez vários turbantes para toda a criançada.

Ao final da estória, foi organizada uma oficina de confecção de turbantes para as crianças, com o uso de tecidos coloridos.

Resultados e discussões

Mesmo com a inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” nos currículos oficiais, através da Lei nº 10.639/2003, a formação do pedagogo ainda carece refletir práticas didáticas sobre a cultura e a história afro-brasileira. Conforme as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais: “Reconhecer as diferenças é um passo fundamental para a promoção da igualdade, sem a qual a diferença poderá vir a se transformar em desigualdade” (BRASIL, 2006, p.32). Desse modo, a reflexão étnica-racial sobre a cultura afro-brasileira soteropolitana constitui-se de modo dialético para a compreensão de prática didática para o pedagogo em formação, assim como na aprendizagem das crianças.

A apresentação na escola sobre a cultura afro-brasileira deve estar inserida na formação de professores, atravessando os diversos conteúdos de ensino. A respeito das considerações sobre o ensino e a aprendizagem da cultura afro-brasileira, a educadora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2005, p. 160) afirma que essas “Africanidades brasileiras”:

[...] fazem parte de uma pedagogia antirracista que tem como exigências: reconstrução do discurso e da ação pedagógicos, no sentido de que participem do processo de resistência dos grupos e classes postos à margem, bem como contribuam para afirmação da sua identidade e da sua cidadania.

Por meio da experiência didática em “Africanidades brasileiras”, o pedagogo em formação pode compreender e discutir conhecimentos sobre a história afro-brasileira a ser ensinada aos alunos, bem como buscar a criação de estratégias e recursos didáticos.

Na escola os conflitos humanos podem surgir, entretanto, através do ensino dialógico, o respeito à diversidade deve ser garantido. Conforme lembra Vanda Machado e Carlos Petrovich (2002, p. 111): “O reconhecimento da nossa multietnicidade com a maioria negra, muitas vezes se coloca na contramão da construção do conhecimento, para as crianças afrodescendentes. A escola precisa aproximar-se da cultura afro-brasileira”. Desta maneira, o tema da questão da cultura afro-brasileira é necessário na abordagem

didática, daí a importância de pensar uma educação transformadora que crie novas formas de ser e pensar o mundo.

Desse modo, o projeto didático “*O menino do turbante: uma estória sobre a diversidade étnica dos afrodescendentes na Educação Infantil*” inseriu os alunos em uma história de pertencimento sobre cultura afro-brasileira. A construção, execução e avaliação do projeto favoreceram a formação do pedagogo por permitir experiências didáticas reflexivas da história das matrizes étnicas e sociais afro-brasileira, criando laços de pertencimento com esse mundo e suas histórias. Com isso, a estória *O menino do turbante* potencializou o desenvolvimento de experiências das crianças para as capacidades de ampliação do vocabulário, além de acesso a novos conceitos e aquisição de conhecimento do contexto cultural e histórico afro-brasileiro.

Durante a avaliação da aprendizagem foi observada o desenvolvimento das capacidades pretendidas por meio das experiências alcançadas pelas crianças na realização da oficina, segundo a interação e a socialização das crianças. Na avaliação foi registrada, por meio de fotografias e relatório, as experiências das crianças no domínio para criar estratégias em resolver situações diferentes durante as atividades, entretidas e envolvidas a estória contada.

Considerações finais

No processo de formação do pedagogo, é imprescindível pensar o reconhecimento das matrizes étnicas afrodescendentes e suas representações. O projeto contou com o acolhimento dos alunos e da comunidade escolar. Assim, a experiência didática durante o componente curricular Prática em Educação Infantil no curso de licenciatura em Pedagogia, na Universidade Federal da Bahia (UFBA) favoreceu esse aprendizado e por isso deve ser ampliada em outras ações e intervenções didáticas, o que requer constantes pesquisas sobre como abordar e desenvolver esse tema com as crianças, principalmente as do Ensino Fundamental I.

Portanto, justifica-se a relevância da temática discutida no projeto, que relacionou a Lei nº 10.639/2003 e o campo de experiência na Educação Infantil, por aproximar o pedagogo em formação à realidade do sistema público de ensino, em especial em Salvador, além de possibilitar a reflexão sobre o papel social e transformador da educação. A fim de buscar uma aprendizagem significativa em que os alunos possam se sentir pertencentes a uma história cultural resultado da luta por direitos do povo afro-brasileiro. Esse resgate do passado pela narrativa sobre a história afrodescendente no Brasil e em Salvador, na Bahia, para as crianças é fundamental nas escolas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. **A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, 2017. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/a_anped_e_a_bncc_versao_final.pdf Acesso: 15 de dezembro de 2017.
- BARBOSA, M. C. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

- BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** (LDB). Brasília: Senado Federal. Coordenação de Edições Técnicas, 2017.
- _____. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais,** 2006. Link: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf Acesso: 02 de novembro de 2017.
- _____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil** – Resolução CNE/CEB nº 5 de 17 de dezembro de 2009. Brasília, 2009.
- CANDAU, V. M. F. **Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos.** Educ. Soc., Set 2012, vol.33, no.120, p.715-726. ISSN 0101-7330. Link: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/04.pdf>. Acesso: 20 de janeiro de 2018.
- HERNÁNDEZ, F. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho.** Tradução de: Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- JESUS, Rodrigo Ednilson de. Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros: estereótipos, silenciamento e invisibilização. **Educ. rev.** vol.34 Belo Horizonte 2018 Epub 18-Jan-2018
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- VALVERDE, Danielle Oliveira; STOCCO; Lauro. **Notas para a interpretação das desigualdades raciais na educação.** Rev. Estud. Fem. vol.17 no.3 Florianópolis Sept./Dec. 2009.
- MACHADO, Vanda; PETROVICH, Carlos. **Ilê Ifé. O Sonho do Iaô Afonjá** (Mitos Afro-brasileiros). 2º ed. Salvador: EDUFBA, 2002.
- MALAGUZZI, L. **As cem linguagens da criança.** Porto Alegre: Artmed, 1999.
- METZNER, A. C.; FERREIRA, N. M.; SIQUEIRA, A. F. **Trabalhando a Diferença na Educação Infantil: um novo olhar sobre as diferenças.** Link: http://www3.fe.usp.br/secoes/inst/novo/agenda_eventos/inscricoes/PDF_SWF/14602.pdf. Acesso: 02 de novembro de 2017.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras.** In: MUNANGA, Kabengele (org). Superando o Racismo na Escola. Brasília, 2005.

Submetido em 28 de março de 2019. Aprovado em 28 de junho de 2019.